

**MOVIMENTOS SOCIAIS, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES: OLHAR
SOBRE A CIDADE PEQUENA DE NOVA PONTE(MG)**

**SOCIAL MOVEMENTS, TERRITORY AND TERRITORIALITIES: LOOK AT THE
SMALL TOWN OF NOVA PONTE (MG)**

**Joana D'Arc Vieira Couto Astolphi¹
Vicente de Paulo da Silva²**

Resumo: O presente artigo trata teoricamente da temática movimentos sociais, território e territorialidades a partir de uma leitura crítica associada a experiência de uma cidade pequena, no caso Nova Ponte, no estado de Minas Gerais, em relação ao deslocamento compulsório, motivado pela implantação de hidrelétrica, oportunizando um olhar teórico contextualizado sobre a realidade local estudada. O núcleo urbano da cidade pequena, foi inundado para a formação do reservatório da hidrelétrica e, em consequência, foi construída uma cidade nova, também chamada de Nova Ponte. Como resultado pode-se inferir a presença do movimento de TDR (Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização) com a chegada do GPI (Grande Projeto de Investimentos) na vivência dos moradores da cidade velha e alteração do cotidiano a partir do deslocamento compulsório com mudanças importantes na vida material e imaterial no território de vida e de trabalho.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Território. Cidade pequena. Deslocamento compulsório.

Abstract: This article deals theoretically with the theme of social movements, territory and territorialities based on a critical reading associated with the experience of a small city, in the Nova Ponte case, in the state of Minas Gerais, in relation to the compulsory displacement, motivated by the implantation of hydropower, giving a theoretical perspective contextualized on the local reality studied. The urban center of the small town was flooded to form the hydroelectric reservoir and, in consequence, a new city was built, also called Nova Ponte. As a result, the presence of the TDR movement (Territorialization, Deterritorialization and Reterritorialization) with the arrival of the GPI (Large Investment Project) in the experience of the inhabitants of the old city and daily change from the compulsory displacement with important changes in material and immaterial life in the territory of life and work. Keywords: Social movements. Territory. Small town. Compulsory displacement.

Keywords: Social movements. Territory. Small town. Compulsory displacement.

¹ Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: vicente.paulo@ufu.br

² Professor do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: jastolph@terra.com.br

Introdução

O trabalho ora apresentado, é produto das análises e reflexões teóricas acerca do tema: movimentos sociais, território e territorialidades, e alinhada as conexões possíveis com a experiência dos moradores da cidade pequena de Nova Ponte (MG), com a implantação de grande empreendimento hidrelétrico e promovido o deslocamento compulsório, sendo parte integrante da dissertação de mestrado (2015).

Na perspectiva das ciências sociais, as contribuições de Karl Marx(1818-1883), Emile Durkheim(1858-1917), Max Weber(1864-1920), Pierre Bourdieu(1930-2002) para as sociedades modernas, produtos da Revolução Industrial e da Revolução Intelectual, demandou dos referidos teóricos, longos estudos sobre a vida em sociedade e as implicações das relações entre os homens e o meio que os inserem. Deste ponto de vista, toda ideia teórica tem seu pressuposto epistemológico, atravessado por ela, uma forma de pensamento, seja hegemônico ou resistente.

A categoria de análise espaço, sistematizado nas ciências sociais é mais recente, para tanto, é preciso entender as ideias básicas, ou seja, os conceitos geográficos com enfoque sociológico que permeia a tríade espaço, território e sociedade.

Num breve histórico pode-se apontar que nos primórdios o espaço era para delimitar conquista militar; na idade média espaço como localização, para as missões religiosas espaço dicotomizado profano e sagrado; no renascimento passa do espaço de localização/ religioso para espaço de extensão, temporalidade, imensidade, ou seja, dualidade espaço-tempo e a politização cidade-estado mecanismo de controle da autoridade monarca. Assim, até meados de 1800 o espaço banal perde status e daí o espaço submete ao tempo, que por sua vez assume a importância o domínio do tempo sobre o espaço. Para a sociologia, o tempo e o espaço tem a mesma importância, na era da sociedade industrial moderna, discussão feita por Marx e Weber. O espaço físico enquanto sinônimo de acumulação capitalista no sistema mundo.

Ao entender os fenômenos e os efeitos do espaço, este se converte para as ciências sociais no território, como produto e construção social, nas palavras de Milton Santos “espaço socialmente construído”, cuja apropriação do espaço material, produz o

território. Desta maneira, espaço construído na dimensão social do território, seja, a dimensão material e/ou a dimensão imaterial, do simbólico, são na prática diferentes correntes sociais dialogando com a Geografia, como a partir de Michel Foucault (1926-1984) filósofo francês que tratava poder/sociedade como dominação burguesa sobre proletariado, Gilles Deleuze (1925-1995) e Félix Guattari (1930-1992), sobre o rizoma territorial. Ainda, Henri Lefebvre (1901-1991) o espaço historicamente produzido pelo homem, organiza política e economicamente sua sociedade, além de Georg Simmel (1858-1918) fundador da Sociologia das Formas Sociais, precursor da sociologia do território (construção territorial). Para a Sociologia dos movimentos sociais, a contribuição de Pierre Bourdieu (1930-2002) está afeta aos imaginários sociais do território como a dimensão simbólica, representações sociais, auto assume a materialidade histórica, a multiterritorialidade.

O trinômio espaço-território-sociedade pressupõe a apropriação e ressignificação do espaço social. Este entendido como espaço construído (dimensões material e imaterial/simbólico); espaço de criação cultural; espaço público na relação comunidade-agentes / poder-estado; espaço global cujas fronteiras econômicas são abertas, porém, as sociais em menor grau aliada a dicotomia global-local. No tocante ao global enquanto “*locus*” de tensão/perturbação, Zygmunt Bauman (1925) sociólogo polonês fala da “modernidade líquida”, considera que nos tempos atuais, as relações entre os indivíduos nas sociedades tendem a ser menos frequentes e menos duradouras.

Ao conceber o território como espaço socialmente apropriado, importa entender a territorialidade como dinâmica da apropriação do território, onde cria a identidade social, como um grupo social se apropria e se coloca no território e isso implica por vezes nas disputas territoriais mormente conflituosas. Na perspectiva de território-territorialidade (identidade social) e a sociedade dos movimentos sociais encontra-se tipos de apropriação territorial: apropriação histórica(Estado-Nação); apropriação projetiva (planejamento de Cidades, Ministérios, dentre outros) e apropriação território de vida (comunidades locais se colocam no território pela vida cotidiana vivida ou território habitado). Nestes tipos de territórios estão contidos território identitário (sentido mais reduzido- bairro) e território vasto (sentido mais amplo- Estado).

Para o entendimento da categoria de análise território dentro do processo de Territorialização/Desterritorialização/Reterritorialização (TDR) a escolha foi por Rogério Haesbaert (2004) ao tratar da complexidade que envolve o “fim dos territórios” a multiterritorialidade. Para compreender a luta dos movimentos sociais a partir de um modelo vigente capitalista, que apesar de pressupor uma sociedade justa, porém, comumente tem gerado a acumulação de riqueza, despossessão, a expropriação e a desigualdade social e territorial, será tratado sob as lentes de Harvey(2014) na obra *“Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo”*.

Para o fomento da discussão prática sobre território e territorialidade e os nexos com os movimentos sociais a escolha foi pela experiência dos moradores da cidade pequena de Nova Ponte (MG) submetidos ao deslocamento compulsório por ocasião da inundação de sua sede e a construção do núcleo urbano a 3 km de distância, em função da implantação de Usina Hidrelétrica (UHE).

Desterritorialização e multiterritorialidade na pós- modernidade

Conceituar território, enquanto categoria de análise da ciência geográfica remete ao entendimento da variabilidade de concepções existentes desde o território mais materialista (espaço materialidade, distância física, recurso “natural” ou abrigo e espaço relacional mais concreto pelo fator locacional econômico/dominação política), passando pelo território em perspectivas mais idealistas (espaço relacional simbólico de referência identitária) ao território em perspectivas mais “totalizantes” ou integradoras (território-zona e território-rede). No contraponto das referidas concepções de território encontra-se as concepções de desterritorialização mais materialista (ciberespaço ou mundo “virtual”, “fim das distâncias”, da “Terra”, “deslocalização”, “mundo sem fronteiras”), à desterritorialização na visão mais idealista (hibridismo cultural, “desenraizamento”, identidades múltiplas, sem referência espacial clara). (HAESBAERT, 2004, p. 338-339).

Ainda, o autor explicita que as reflexões foram geradas a partir de questões básicas sobre os discursos e a “prática” da desterritorialização levando em consideração que em geral não há uma definição clara de território nas discussões que focalizam a

desterritorialização; esta é vista quase sempre como um processo genérico numa relação dicotômica e desvinculada da (re) territorialização e a desterritorialização significando “fim de territórios” associados à predominância de redes dissociadas a territórios. (HAESBAERT, 2004, p.31).

É importante entender o que para alguns é nomeado como Desterritorialização é de fato uma nova forma de territorialização da qual é denominado de “multiterritorialidade”, na perspectiva de um processo concomitante de destruição e construção de territórios misturando diferentes modalidades territoriais (exemplo: “territórios-zona” e “territórios-rede”), em várias escalas e novos modelos de articulação territorial (HAESBAERT, 2004, p.32).

A multiterritorialidade é reconhecida como algo próprio da contemporaneidade ou “pós-modernidade”, apesar de por vezes ser nomeada como desterritorialização por outros autores. De acordo com Haesbaert (2004) a multiterritorialidade é:

Consequência direta da predominância, especialmente no âmbito do chamado capitalismo pós-fordista ou de acumulação flexível, de relações sociais construídas através de territórios-rede, sobrepostos e descontínuos, e não mais de territórios-zona, que marcaram aquilo que podemos denominar modernidade clássica territorial-estatal. O que não quer dizer, em hipótese alguma, que essas formas mais antigas de território não continuem presentes, formando um amálgama complexo com as novas modalidades de organização territorial. (p.338).

A despeito da diversidade de concepções o que importa é a leitura do que está por trás das diversas noções (território e des-territorialização) que no conjunto traz indicações gerais da territorialização como: “as relações de domínio e apropriação do espaço, ou seja, nossas mediações espaciais do poder, poder em sentido amplo, que se estende do mais concreto ao mais simbólico” (HAESBAERT, 2004, p.339).

Quanto à desterritorialização a contribuição de Sack (1996 *apud* Haesbaert, 2004, p.339-340) é que inexistente indivíduo ou grupo social sem território, sem relação de dominação e/ou apropriação do espaço, seja material ou simbólico, o homem visto também como um *homo geographicus*, ou seja, um “homem territorial”, que corrobora com a constatação que cada qual vivencia o momento da história e o contexto geográfico que desvelam sua própria forma de desterritorialização, ou seja, sua própria

relação de domínio e/ou apropriação do espaço, enquanto prerrogativas de determinadas dimensões do poder.

O território é concebido numa visão mais integradora do espaço geográfico, considerando os aspectos temporal, dinâmico e em rede, que o território também contempla a semelhança da defesa de Deleuze e Guattari, cuja “integração” de suas múltiplas dimensões é consubstanciada através das “relações conjuntas de dominação e apropriação, ou seja, de relações de poder em sentido amplo”. (HAESBAERT, 2004, p.340).

O fator multiescalar e multidimensional da desterritorialização estão ligados, antes de tudo, aos sujeitos que a promovem (indivíduo, grupo, instituição). A desterritorialização da sociedade é o encontro desses múltiplos sujeitos, sendo indispensável considerar a especificidade das ações de cada um deles. Desta forma ao considerarmos uma pessoa ou um grupo de pessoas trata-se de uma territorialização como construto de uma “experiência integrada do espaço”. Haesbaert (2004, p.341) pondera que outrora era possível descobrir nitidamente um território como “experiência total do espaço”, nos termos colocados por Chivallon (1999) como território-zona contínuo e relativamente estável, atualmente temos está “experiência integrada” (nunca “total”) muito mais na configuração de territórios- rede, descontínuos, móveis e espacialmente fragmentados.

A multiplicidade de territorializações, na escala planetária, de acordo com Haesbaert (2004, p.342-343) apresenta quatro modalidades: 1)“Territorialização mais fechados, quase ‘uniterritoriais’, ligadas ao fenômeno aqui denominado de territorialismo, que não admite pluralidade de poderes e identidades”; 2)“Territorializações ‘tradicionais’, ainda pautadas numa lógica (relativa) de exclusividade, que não admitem sobreposições de jurisdições e defendem uma maior homogeneidade interna”; 3)“Territorializações mais flexíveis, que admitem ora a sobreposição (e/ou a multifuncionalidade) territorial, ora a intercalação de territórios” e 4)“Territorializações efetivamente múltiplas, resultantes da sobreposição (territórios-zona e territórios-rede) e/ou da combinação particular de controles, funções e simbolizações” (experimentação/reconstrução).

A referida multiplicidade territorial varia também de acordo com o contexto cultural e geográfico (territórios como “abrigo”, muito concretos, entre populações mais pobres até territórios ligados ao ciberespaço cujo controle é feito através dos meios informacionais sofisticados). Considera-se a reterritorialização complexa, aquela realizada em rede e com robustas conotações não hierárquicas, esta é denominada de multiterritorialidade e para a sua efetivação inclui a maior diversidade territorial (grandes metrópoles); acessibilidade a redes-conexões (maior fluidez do espaço); a natureza menos centralizada dessas redes; a condição socioeconômica, a liberdade (individual /coletiva) e de forma parcial a abertura cultural para de fato usufruir e/ou construir essa multiterritorialidade. (HAESBAERT, 2004, p.343).

Para a realização da multiplicidade territorial é fundamental uma mobilidade concreta, no aspecto de um “deslocamento físico” quanto “virtual”, para que acionar diferentes territorialidades sem implicar em deslocamento físico, através de experiências espaço-temporais por meio do ciberespaço. De acordo com Haesbaert (2004a) a “Multiterritorialidade” é geradora de transformação quantitativa (mais alternativas territoriais, maior facilidade de acesso e maior velocidade de mudança), bem como, transformação qualitativa (nova experiência de tempo-espaço, mais fluida, o desencaixe espaço-temporal), moldada pelas diferentes “geometrias de poder” que se diferencia entre as classes sociais e os grupos culturais de pertença.

Para a efetivação da multiterritorialidade, aliada às novas tecnologias do século XX, uma associada à facilidade e a velocidade dos meios de transporte, que permitem o deslocamento físico rápido, constante e na escala do global e a outra, com uma carga imaterial, é a que viabiliza (tecnologia) pela comunidade instantânea, interagir sobre territórios distintos, sem a necessidade da mobilidade física, desta feita uma multiterritorialidade envolvida na vulnerabilidade informacional (ou virtual) dos territórios. A partir dessas novas articulações territoriais em rede dão origem a territórios-rede flexíveis que oportuniza uma nova territorialidade vivenciada num mesmo conjunto dando origem a um novo tipo de “experiência espacial integrada”. (HAESBAERT, 2004).

Além do mais, define global enquanto conjugação de múltiplos territórios ou

glocalização contemporânea e alerta que é mais que um conjunto de situações “locais” que sofrem interferência do “global”, é um dos processos de identificar melhor a multiterritorialização (sentido estrito). Acrescenta que a glocalização não é, uma sobreposição de territorialidades em escalas distintas (o global e o local), nem uma imposição unilateral de eventos que ocorrem em uma escala sobre os de outra (o global sobre o local), e segundo Robertson e Swyngedouw (1995, 1997 *apud* HAESBAERT, 2004, p.347) que define como “uma combinação de elementos numa nova dinâmica onde eles não podem mais ser reconhecidos estritamente nem como globais, nem como locais, mas sim como um amálgama qualitativamente distinto- global e local combinado, ao mesmo tempo, como um novo processo”.

Ainda, esclarece que as redes (informacionais ou virtuais), a depender da classe e do grupo social proporcionam potencialmente estratégias de recombinar (e “descombinar”) territórios em uma nova multiterritorialidade e daí fazendo parte a maioria dos fenômenos que são identificados por boa parte dos autores, como processos de desterritorialização quais sejam: o domínio dos fluxos e da mobilidade num mundo de relações instantâneas, “sem fronteiras”; o domínio da flexibilização nas relações de trabalho e de produção, que permite a “deslocalização” econômica; a hibridização cultural, que impede a formação clara de diferentes identidades territoriais. O autor adiciona ao debate outras formas de tratar a multiterritorialidade, considerando seus distintos sujeitos, sejam no nível de classes, grupos e instituições (o Estado) ou no nível individual, neste último, a multiterritorialidade através de relações sociais (de poder) que geram uma nova experiência integrada (ou controle) do espaço, que não se dá num mesmo local enquanto “experiência total”, mas que é possível se concretizar pelas redes de que dispõe para a construção de “territórios-rede” individuais ou “(multi) território” pessoal.

Desta feita, a multiterritorialidade depende do contexto socioeconômico-político-cultural, no qual o indivíduo ou grupo estão inseridos e ainda vale distinguir entre multiterritorialidade potencial (disponível e realizável) e efetiva (concretizada de fato) desde os espaços das grandes metrópoles cosmopolitas aos territórios pessoais ou de “baixa intensidade” afetos à construção territorial. Quanto a um “território mínimo”

(nível pessoal) proveniente do próprio sentido relacional em que se situa a corporeidade, os territórios jamais existem “sem zonas e redes, contenção ou repouso e fluidez ou movimento” (HAESBAERT, 2004).

Quanto à escolha pelos territórios vivenciados (nível individual) por Haesbaert (2004) afirma que:

O que define minha escolha por esse ou aquele território no interior da cidade é um complexo de processos, e eu interajo numa multiplicidade de escolhas e constrangimentos impostos por outros que, muitas vezes, têm muito mais capacidade do que eu para definir territorialidades, num sentido geral ou com respeito a seu ambiente econômico e cultural. Apesar das diferentes distâncias e dos mal-entendidos, tenho muito mais liberdade e opções em Londres para escolher ou para construir e viver meus territórios – ou, de forma mais adequada, minha própria multiterritorialidade. Até mesmo o simples ato de sentar tranquilamente numa praça, esse tipo de territorialização *soft* é bastante distinto da minha experiência no Rio de Janeiro. (p.353).

Por outro lado e de forma distinta ocorre a multiterritorialidade das diásporas (dispersão de povos, por motivos políticos ou religiosos a exemplo da diáspora judaica, africana e chinesa). Está relacionada à amplitude e flexibilidade do “território-rede” atrelada à autonomia para sua reconstrução, aumenta as chances de que diferentes territórios se tornem um “trunfo” na configuração da multiterritorialidade, isso revela algo que acontece com boa parte dos membros de diáspora de imigrantes, excetuando aqueles que das redes atravessando países e regiões e a conexão global planetária, restam fechados, reterritorializados em um território-rede de exclusivismo e segregação, na modalidade de “territorialismo em territórios-rede” (HAESBAERT, 2004).

Contudo, para o autor, uma das formas mais características de multiterritorialidade é por meio das grandes diásporas de migrantes e sua significância na contemporaneidade, levando em conta que o deslocamento e a dispersão espacial de indivíduos pertencentes a um grupo com forte identidade cultural suscitam múltiplos encontros entre “diferentes”, mesmo antes dos meios de transporte rápidos e da comunicação instantânea. Também, concebe a partir da reelaboração de ideias de Ma Mung (1999 apud HAESBAERT, 2004, p.358-359) como características geográficas das diásporas, formas de reterritorialização do migrante: a multipolaridade da migração

(espalhamento e não centralidade); a interpolaridade das relações (dispersão da diáspora em vários Estados/contexto econômico mundial); a multiterritorialidade (e não extraterritorialidade) em termos, das identificações (consciência multi ou pluriescalar) e à diáspora como fenômeno global, bem como no sentido de criação de uma “identidade étnica transnacional”. Os recursos espaciais vinculados à dispersão são mobilizados em diferentes escalas e utilizados em diversos domínios (negócios, formação de redes comerciais, deslocamento de atividades entre os países em condições desfavoráveis e a reorientação de fluxos migratórios por conta da conjuntura econômica).

Vale ressaltar que para Ma Mung (1999 *apud* HAESBAERT, 2004, p.355), “a diáspora traduz a ideia de uma vida fora do território (...) no sentido ‘clássico’, definido pela adequação de uma população a um espaço dado circunscrito pela presença perene desta população”. Para além desta visão Chivallon (1999 *apud* HAESBAERT, 2004, p.355), diferentemente vê nas diásporas a “recomposição do laço comunitário através da dispersão (...) a rede pode fazer ‘circular’ a memória (...) há sempre território: aqueles do cotidiano, mas, sobretudo, aquele da origem carregado do simbolismo do lugar de fundação, verdadeiro cimento comunitário sem o qual a rede não poderia transportar sua memória”. Assim, a territorialidade da diáspora não está vinculada somente a uma identidade cultural sem referencial espacial concreto, apesar de, por vezes, surgir num sentido muito mais simbólico do que concreto, mas há continuamente algum vínculo com um espaço material (pátria de origem).

Por fim, o autor pondera que seja individual ou em grupo quem tiver mais opções para ativar e comandar a abastança da multiterritorialidade que potencialmente se encontra a seu dispor, por meio de movimentos progressistas (como o movimento zapatista de Chiapas), ou por meio de movimentos retrógrados ou conservadores (como o da rede terrorista Al Qaeda), consegue o máximo de poder para produzir mudanças sociais, e a exemplo das “linhas de fuga” a que se referem Deleuze e Guattari- mas sempre no sentido de um movimento ao mesmo tempo de desterritorialização e reterritorialização. (HAESBAERT, 2004, p.362).

O rizoma é feito de linhas: tanto linhas de continuidade quanto linhas de fuga como dimensão máxima, segundo a qual, em seguindo-a, a multiplicidade

metamorfoseia-se, mudando de natureza. O rizoma é o que já foi. "Não se deve confundir tais linhas ou lineamentos com linhagens de tipo arborescente, que são somente ligações localizáveis entre pontos e posições. (...) O rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga. São os decalques que é preciso referir aos mapas e não o inverso." (DELEUZE e GUATTARI, 2004, p. 32-33). O rizoma é classificado, de acordo com Deleuze e Guattari(2004) como acentrado, uma rede de autômatos finitos e a condição deste tipo de sistema é a de complexidade, em que não há um decalque, uma cópia de uma ordem central, mas sim múltiplas conexões que são estabelecidas a todo o momento, num fluxo constante de desterritorialização e reterritorialização.

Como princípio de ruptura a-significante um rizoma pode ser rompido e quebrado em algum lugar qualquer, mas também retoma segundo uma de suas linhas ou segundo outras linhas. Por conseguinte, "todo rizoma compreende linhas de segmentariedade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído (...) mas também compreende linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem para". (DELEUZE e GUATARRI, 2004, p. 18). A cada ruptura no rizoma as linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas estas linhas de fuga são parte do rizoma: as linhas não param de remeter umas às outras. Delineia-se uma linha de fuga quando se faz uma ruptura, mas nela podem encontrar-se com elementos que reestabelecem o conjunto e reconstituem o sujeito conforme argumentam Deleuze e Guatarri (2004, p. 18) "como é possível que os movimentos de desterritorialização e os processos de reterritorialização não fossem relativos, não estivessem em perpétua ramificação, presos uns aos outros?"

Na análise sobre a desterritorialização é preciso considerar que não significa "fim da espacialidade" (existência do mundo), nem "fim da territorialidade" (condição humana), é a outra face (ambivalente) da construção de territórios. Assim, a desterritorialização como a multiterritorialização, leva sempre a própria multivalência, o múltiplo, ou uma "condição híbrida". Desta forma, temos três elementos no processo: territorialização; desterritorialização; multiterritorialização, sem o domínio do segundo

elemento sobre o primeiro e sim afirmação do terceiro elemento em constante movimento e de fato representa a territorialização por meio da própria desterritorialização. (HAESBAERT, 2004, p 365-366).

Em suma, pode-se afirmar, de acordo com o autor, que a desterritorialização não é apenas a “desmaterialização ou domínio de relações simbólicas e/ou “virtuais” (compressão espaço-tempo via ciberespaço/construção de novas territorialidades/conteúdo imaterial maior); “‘não-presença’ ou desvinculação do aqui e do agora”, (desencaixe espaço-tempo/ novas formas de articulação próximo-distante / de valorização e de controle do espaço); “aceleração do movimento, ou predomínio da fluidez sobre a estabilidade” (território também é produzido no movimento ou na repetição do movimento/ tipo de controle); “enfraquecimento dos controles espaciais através de limites-fronteiras e áreas” (controle por redes/territórios-rede /rearticulação de limites; “aumento da hibridização cultural e, portanto, da multiplicidade de identidades territoriais” (reterritorializar na hibridização); “justaposição e imbricação de territórios” (reterritorialização na ou através da multiterritorialidade) , assim, nestas percepções, a desterritorialização é um mito (HAESBAERT, 2004, p.366). Acrescenta que, nas entrelinhas do discurso sobre a desterritorialização é o movimento neoliberal que prega o “fim das fronteiras” e o “fim do Estado” para a livre atuação das forças do mercado e desta forma a desterritorialização referente à elite planetária, é um mito.

Para Haesbaert (2004) a ‘desterritorialização’, em sua maioria, é precisamente o afastamento ou fragilização do Estado e a consequente onipotência de uma economia ‘flexível’, ‘fictícia’, especulativa e/ou ‘deslocalizada’, isso implica na:

(...) reterritorialização dos ‘de cima’ que se forja, por outro lado, grande parte da desterritorialização dos ‘de baixo’, (...) agravamento da desigualdade e da exclusão pela concentração de renda, do capital (dos investimentos) e da infra-estrutura, (...) associada à ausência de políticas efetivas de redistribuição, aos investimentos mais na especulação financeira do que no setor produtivo(...), e à globalização da cultura do status e do valor contábil em uma sociedade de consumo estendida a todas esferas da vida humana.(p.367).

Enfim, a desterritorialização é um mito, de acordo com Corrêa (2004 apud Haesbaert, 2004) irmã de outros tantos criados no bojo de uma sociedade na qual as

injustiças devem ser justificadas e legitimadas.

O debate acerca da desterritorialização à multiterritorialidade e da desterritorialização como mito leva a necessidade de refletir e mais ainda, é preciso repensar qual é a essência da multiterritorialidade? Para tanto, Haesbaert argumenta:

(...) os múltiplos territórios que nos envolvem incluem esses territórios precários que abrigam sem-tetos, sem-terras e os tantos grupos minoritários que parecem não ter lugar numa des-ordem de “aglomerados humanos” (...) o sonho da multiterritorialidade generalizada, dos “territórios-rede” a conectar a humanidade inteira, parte, antes de mais nada, da territorialidade mínima, abrigo e aconchego, condição indispensável para, ao mesmo tempo, estimular a individualidade e promover o convívio solidário das multiplicidades- de todos e de cada um de nós .(HAESBAERT, 2004, p.18).

Afinal, um dos maiores desafios que nos impõe a lógica capitalista hegemônica, é reduzir ao máximo as desigualdades sociais, re-significar o papel do homem enquanto sujeito de direito e fortalecimento da autonomia na vida dos indivíduos, dos grupos sociais, das comunidades, em especial dos dois últimos de forma coletiva através dos movimentos sociais, inclusiva na multiplicidade de classe socioeconômico, gênero, etnia, religião, dentre outros elementos importantes na construção das multiterritorialidades contemporâneas.

Contradições do capitalismo e os grandes projetos de investimentos (GPIs)

O dinheiro igual ao poder social, como um fim em si mesmo destorce a relação entre oferta e demanda, contrapondo a racionalidade do mercado capitalista, traduzindo em acumulação de riqueza e de poder.

De acordo com Harvey (2014) reconhece a existência de uma forma pior de criar fortuna do que a citada acima, quando ocorre o uso do dinheiro para fazer mais dinheiro, como se fosse capital quando na realidade não é, assim, os indícios monetários divergem da lógica do trabalho social, ao gerar extensos depósitos de capital fictício, esse dedicado as atividades que não criam nenhum valor em absoluto, porém rentáveis em termos monetários e de interesses diversos. (p.46-47).

Constata-se a inseparabilidade do dinheiro quanto ao valor e valor de troca do

dinheiro e este ao valor de troca e ao poder social numa imbricada relação. A utopia reside na ordem social sem valor de troca, sem o dinheiro e a despeito da acumulação privada de riqueza, o poder social é urgente e factível em princípio. Inspirado na concepção marxista, Harvey (2014) aponta saídas como a criação contínua de valores de uso pelo trabalho social e erradicação do valor de troca como meio de organização da produção de valores de uso (p.50).

O nexos possível de se estabelecer entre o valor social do trabalho e sua representação mediante o dinheiro com a problemática acerca dos grandes empreendimentos e os efeitos sociais voltados à população local refere-se não somente a introdução do GPIs a serviço da acumulação do capital sustentado pelo discurso de trazer desenvolvimento e benefícios à população em geral. O bem-estar-social pela política de compensação social, prevista nos projetos de viabilidade dos grandes empreendimentos, de certa maneira é implementado no território usado, no período de implantação e manutenção, isso até onde corresponder ao interesse do capital. Nos casos de declínio e/ou outras motivações de saída do empreendimento da localidade, o que restará, em especial, às populações pobres e vulneráveis na sua condição de vida mediante as alterações ocorridas no território pelas ações dos agentes do capital financeiro.

A essência do capital abriga economia baseada em expropriação. A expropriação direta trata do valor produzido pelo trabalho social no lugar da produção corresponde ao elo da cadeia de expropriação, melhor dizendo, nutre, sustenta apropriação e acumulação de grandes proporções da riqueza comum por grandes corporações, aumentando a capacidade de apropriação da riqueza comum. (HARVEY, 2014, p.66).

O mesmo autor fala da acumulação original primitiva, descrita por Marx no século XIX, como traços do capitalismo em vias de consolidação, a exemplo da cultura ordinária de uso da terra, prática comum, bem comum, mediada apenas por valor de uso, à economia política da despossessão. Trata-se dos aspectos cruciais do colonialismo, políticas de despossessão, essa administrada pela aliança de poder empresarial e estatal, de acesso a terra, a água e aos recursos naturais, induzindo grandes movimentos de agitação global. O paradoxo reside na perspectiva da

desposseção para manter o capitalismo. (HARVEY, 2014, p.69).

No final, a acumulação por desposseção é igual a tomar posse do que é do outro. Para tanto, o capital tem se reinventado a cada crise que venha ameaçar a sua existência como tal. Historicamente direitos conquistados foram perdidos e atacados pelo Estado Neoliberal. A reprodução do capital no contexto do Estado mínimo na perspectiva neoliberal, a utilização do capital humano/ capital social e o mercado na resolução dos problemas das desigualdades sociais evidencia a política e prática da acumulação por expropriação como característica distinta do núcleo dinâmico do capital. (HARVEY, 2014, p.67).

Desta forma é possível relacionar a outros mecanismos de desposseção que equivale a tomar o que é de direito, por direito do outro, alheio ao outro, quando a bem da implantação de grandes projetos de investimentos é praticada a remoção da população local de seu lugar de vida e de trabalho para a implantação destes, com o apoio e concordância dos agentes do Estado. Com a remoção de comunidades inteiras, onde o agente do Estado promove a desposseção, tal prática moralmente condenável, mas juridicamente amparada, na perspectiva de acumulação por desposseção. Como esses mecanismos são vistos nas práticas cotidianas, a propriedade da terra vem de encontro aos processos de desposseção.

Reprodução social, na argumentação de Harvey (2014) trata da “contradição entre as condições necessárias para assegurar a reprodução social do trabalho e capital necessários para reproduzir, presente mesmo que latente”, evoluiu para uma contradição mais complexa e importante, apesar do desenvolvimento geográfico desigual. (p.181).

A sociologia define reprodução social como “processo de constante renovação da produção material e cultural dos seres humanos, processo esse determinado pelas necessidades de produção e reprodução econômicas e pelo interesse da classe dominante em manter a ordem social” (PITÉ, 2004). Tal conceituação guarda ressonância com o debate empreendido nesta contradição.

No tocante aos grandes projetos de investimentos, o ponto de vista de Bourdieu (1998), afeto ao capital cultural, possibilitou fazer um nexos entre a chegada dos grandes projetos de investimentos, que utiliza de forma expressiva o recurso do marketing para

o local afetado, com vista ao convencimento da população quanto aos benefícios advindos da implantação do empreendimento, apresentando uma face única do uso do território. Revela o mundo simbólico por trás das marcas de mercadorias e lugares convertendo em um grande negócio de manipulação de desejos humanos para obter ganhos monetários. (HARVEY, 2014, p. 185).

Considerando a dinâmica empreendida no espaço a partir da implantação de grandes projetos de investimentos, o nexos possível de se estabelecer é que o GPI traz no seu bojo uma relação dicotômica entre os que enxergam os empreendimentos como uma oportunidade de melhoria nas condições de vida, enquanto outros como um ataque ao “modus vivendi”. De maneira que o espaço pode ser verdadeiro ‘enclave’ para a reprodução de alguns, por outro lado serve e se adequa para outros enquanto reprodução.

Nas contradições do capital e dos seus agentes materializados pelas corporações ligados aos grandes empreendimentos e representantes do Estado é que os movimentos sociais territoriais se configuram enquanto espaços de intencionalidade (erupção e/ou latência) resignificando a participação social e legitimando a cidadania.

Deslocamento compulsório e os moradores da cidade velha de Nova Ponte(MG)

Na perspectiva do movimento de desterritorialização e reterritorialização, bem como, no baixo investimento na organização social enquanto forma de resistir e não somente existir, é que foi considerada a experiência vivenciada pelos moradores da cidade de Nova Ponte por ocasião da implantação da UHE Nova Ponte e a inundação da cidade velha e a construção de nova sede para a remoção total de população urbana e parte da rural atingida pela construção da barragem colocada em operação a partir de 1994.

O município de Nova Ponte está localizado na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, no Estado de Minas Gerais, na região Sudeste do Brasil (figura 1).

Figura 1: Localização de Nova Ponte (MG).

Fonte: Nova Ponte. MG (2012).

Com a implantação do empreendimento, a cidade velha (foto1) ficaria então submersa pelas águas do reservatório da hidrelétrica e, em função disso, se construiria a cidade nova (foto 2).

Foto 1: Vista panorâmica da cidade velha. **Foto 2:** Vista Aérea II da cidade de Nova Ponte.



Fonte: Nova Ponte (MG). Pref. Municipal [19..]

Fonte: Nova Ponte (MG) (2009b)

De acordo com Astolphi (2015) quanto ao surgimento de uma organização social representativa da população de Nova Ponte:

No ano de 1986, houve aquisição das terras necessárias à execução da UHE de Nova Ponte e início do projeto executivo e ambiental (...), no ano seguinte, 1987 submetido à apreciação da comunidade, o “Plano Diretor de recolocação e reconstrução de Nova Ponte” e sua respectiva “Planta de urbanização” e a criação da associação de moradores de Nova Ponte, um movimento criado pelo padre José Lourenço Junior, que se fez responsável pela distribuição dos lotes juntamente com a prefeitura e a câmara municipal (...). (p.64).

De modo que, a população com pouca ou nenhuma experiência com os espaços de organização social comunitária, acabou constituindo a associação de moradores com a finalidade específica de garantir alguns direitos junto ao empreendedor, apesar de que desconheciam que o atendimento das demandas dos atingidos feitas ao executor da obra, em sua maioria já estavam previstas no seu planejamento. Assim, a associação de

moradores cumpriu em última instância o papel burocrático na relação população e empreendimento, isso com a anuência do poder público municipal.

Astolphi (2015) argumenta sobre a organização social constituída como forma de participação social da comunidade local “dar voz e ressonância à efetiva participação dos sujeitos pesquisados, em especialmente dos moradores, nos canais de controle social, reforça a convicção de que o protagonismo desse ator social é pouco considerado na definição de implantação de grandes projetos de investimentos”. (p.125).

Assim, parece que a escuta promovida pelas instâncias de poder decisórias é seletiva, isso, corroborada por informações sem o aprofundamento necessário, fragilizando assim, as re(ações) dos moradores, através de sua forma organizativa (associação de moradores) na legitimação da representação da comunidade submetida ao processo de desterritorialização e reterritorialização mediante o deslocamento compulsório.

O discurso da modernização e do desenvolvimento atribuído aos grandes projetos hidrelétricos traz em seu bojo um ideal de igualdade e de benefícios a todos. Porém, é preciso atenção aos símbolos inerentes ao discurso dominante. Quando dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para um país ou para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração no mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, ao contrário, pode exatamente vir destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais. (SANTOS, 1999, p.173).

Por consequência, o discurso é construído, para atender metas definidas para o desenvolvimento e o lucro das corporações e tem papel fundante na concretização de seus objetivos. O discurso faz crer que o empreendimento levará desenvolvimento e progresso às populações locais e regionais, sem o risco de produzir consequências negativas ao longo do tempo. Nesse aspecto, a força do discurso, está no poder simbólico que “é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (BOURDIEU, 1998, p. 8).

O processo de comunicação estabelecido entre empreendedores, governos e

comunidades locais, é validado pelo poder simbólico. Conforme Bourdieu (1998, p.14) “o poder simbólico como poder de constituir é dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo”. O autor salienta “o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem [...] é a crença na legitimidade das palavras e daqueles que as pronunciam, crença cuja produção não é da competência das palavras.” (BOURDIEU, 1998, p.15).

Em geral, na medida em que se concretiza o uso do território pelos agentes do capital e respectiva perpetuação, Santos (1996, p.52) argumenta acerca do espaço geográfico na perspectiva de território usado e que o “uso” econômico é definidor por excelência do território, ao definir o espaço geográfico “como interação entre um sistema de objetos aliado às forças produtivas e um sistema de ações num conjunto de relações sociais de produção”, explicitando, assim, a base materialista de fundamentação econômica. No patamar economicista e “locus” de poder é que se sustenta a decisão pelo território a sofrer alterações, com a chegada do “estranho”, empreendimentos nacionais e globais, nas localidades de comunidades tradicionais atravessando costumes, práticas e cultura.

Considerações finais

O movimento de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (TDR) na visão de Haesbaert (2014), concepções discutidas no bojo da categoria território, vivenciadas pelos moradores da cidade pequena, Nova Ponte, no estado de Minas Gerais, com um contingente populacional de 12.812 habitantes (IBGE, 2013), ao passar por reestruturação com a chegada de Grande Projeto de Investimento (GPI) de escala nacional, como o empreendimento hidrelétrico, há mais de 20 anos atrás, que trouxe marcas importantes e mudou o curso natural da vida cotidiana das pessoas e da comunidade, no espaço de livre escolha.

Ao atender as requisições dos agentes do capital, o território alterado e afetado no “modus vivendi” tem o seu sistema submetido à reestruturação, para tanto, a estrutura sofre uma ruptura, nesse caso, com a implantação dos GPI’s, que altera a

trajetória territorial, ou seja, a ordem natural anteriormente estabelecida pelas territorialidades construídas socialmente.

O território evidencia as facetas (funcional e simbólica) de seu uso, com a implantação da UHE de Nova Ponte. O deslocamento compulsório ou desterritorialização gera nos atingidos tanto o medo de perder recursos quanto de perder símbolos, numa mescla de ter e de ser em relação ao território usado pelo empreendimento, isso, a despeito da reterritorialização promovida com a mudança para a nova sede, numa estrutura planejada com os recursos materiais suficientes em termos de infraestrutura, edificações, equipamentos sociais e sanitários.

Contudo, é possível associar aos efeitos diretos as implicações de ordem material, como o alagamento das propriedades rurais, de toda a cidade, incluindo os locais de expressão religiosa como as igrejas, dentre outros locais tradicionais. Por outro lado, os efeitos indiretos relacionam-se às consequências de ordem imaterial (perda de laços de entendimento e cooperação comunitária, ruptura dos vínculos com família e vizinhança), proveniente do deslocamento compulsório, que em última instância produto do movimento de desterritorialização dos espaços tradicionais de vida em comunidades urbanas e rurais existentes nas configurações territoriais espontâneas.

No decorrer da temporalidade (espaço-tempo), para a população atingida por grandes empreendimentos, restam os efeitos sociais, que poderão ser mais predatórios a depender do uso do território, da introdução do projeto, da implantação e da retirada/declínio, ficando a comunidade local com os resquícios da alteração impregnada no espaço vital pela materialidade e imaterialidade fecundada no lugar.

Referências

ASTOLPHI, J.D.V.C. **Efeitos sociais de grandes empreendimentos hidrelétricos no Rio Araguari**: a relação entre o uso do território e a saúde coletiva no município de Nova Ponte (MG). 2015.149 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. Vol. I. São Paulo, Ed. 34. 2004.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo**. Tradução Juan Mari Madariaga. 1.^a ed. Quito: Editorial IAEN, 2014. 296 p.

IBGE. População. [2013]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_minas_gerais.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2013.

NOVA PONTE (MG). **Localização de Nova Ponte em Minas Gerais**. 2012. Disponível em: < <http://www.mfrural.com.br/cidade/nova-ponte-mg.aspx> >. Acesso em: 28 set. 2014.

_____. Prefeitura Municipal. **Vista panorâmica da cidade velha**. [19--]. Cedida por Pontes, L., em: 8 ago. 2014.

_____. **Vista Aérea II da cidade de Nova Ponte**. 2009b. Disponível em: <<http://www.citybrazil.com.br/mg/index.php>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

PITÉ, Jorge. **Dicionário de Sociologia**. 2^aed. Lisboa: Editorial Presença, 2004. Disponível em; <esscpsociologiaalfredogarcia.blogspot.com/2008/03/controlo-social.html>. Acesso em: 09 maio 2016.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

*Recebido em 04 de março de 2018.
Aceito em 02 de julho de 2018.*